A company limited by guarantee como “fundação”

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O que ela é e o que não é

Singapura não tem lei de fundações. O que o mercado de ativos digitais chama de fundação de Singapura é uma public company limited by guarantee, uma sociedade sem capital social cujos membros se comprometem a contribuir com uma quantia simbólica, normalmente de S$ 1 a S$ 100, para o pagamento de suas dívidas em caso de liquidação.[1] É uma sociedade. Tem membros que votam, administradores que a gerem e arquivamentos na ACRA (Accounting and Corporate Regulatory Authority, o órgão de registro de empresas), como qualquer outra sociedade. Não tem supervisor externo de sua finalidade, nem autoridade estatal que examine sua governança, nem impedimento legal à alteração de seu ato constitutivo, além da regra societária comum que exige uma deliberação especial (special resolution).

A CLG tornou-se o veículo preferido em Singapura para tesourarias de protocolos no ciclo de 2017 a 2021, porque era rápida de constituir, barata de manter e conferia ao projeto um rótulo sem fins lucrativos. Muitas das “fundações” que ruíram com seus protocolos em 2022 eram CLGs ou private companies de Singapura, entre elas veículos ligados à Terraform Labs e às plataformas de empréstimo Vauld e Hodlnaut.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A experiência tornou os tribunais de Singapura e a MAS (Monetary Authority of Singapore) atentos ao que o rótulo esconde.[2] Uma CLG cujos administradores são os fundadores, cujos membros são os fundadores e cujo ato constitutivo pode ser alterado por esses membros à vontade não oferece à comunidade nenhuma das garantias que a fundação suíça oferece por força de lei.

Como fazer a CLG funcionar como veículo de tesouraria

É possível fazer uma CLG comportar-se como uma fundação por via contratual e estatutária. O ato constitutivo deve indicar um objeto específico e proibir distribuições aos membros. Deve blindar o objeto e a cláusula de não distribuição, exigindo maioria qualificada ou o consentimento de uma parte independente para sua alteração. Deve fixar uma maioria do conselho formada por pessoas independentes dos fundadores e prever que, na liquidação, o patrimônio passe a uma entidade de objeto semelhante. Nenhuma dessas disposições é exigida por lei, e todas podem ser revogadas por uma maioria suficiente de membros. Ainda assim, criam uma estrutura de governança documentada, que exchanges, auditores e a MAS examinarão. O registro como entidade beneficente nos termos do Charities Act 1994 acrescentaria o Commissioner of Charities como supervisor, mas uma tesouraria de protocolo raramente preenche o critério de finalidade beneficente, e o setor não seguiu esse caminho.[3]

A tributação segue a mesma lógica. Uma CLG é tributada como sociedade, a 17% sobre sua renda tributável, com a isenção parcial para os primeiros S$ 200.000. Não obtém isenção alguma pelo simples fato de não ter fins lucrativos.[4] Os ganhos na alienação de tokens mantidos como investimento têm natureza de capital e não são tributados, enquanto as vendas de tokens no exercício de uma atividade comercial são tributáveis. A isenção da seção 13(1)(zm) para entidades beneficentes registradas e a isenção para instituições de caráter público aprovadas (IPC) estão fora do alcance da maioria dos veículos de protocolos.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Característica	Fundação de Zug (Capítulo II)	CLG de Singapura
Base legal	Arts. 80 e seguintes do CC	Companies Act 1967, seção 17(3)
Proprietários ou membros	Nenhum	Membros (garantidores) com direito de voto
Supervisor externo da finalidade	Sim (ESA ou autoridade cantonal)	Não (apenas regime de arquivamentos da ACRA)
Alteração da finalidade	Só pela autoridade de supervisão, ou pelo instituidor após 10 anos	Deliberação especial dos membros
Dotação mínima	CHF 50.000 na prática	Nenhuma (garantia a partir de S$ 1)
Isenção fiscal disponível	Sim, art. 56, alínea g, da DFTA, mediante requerimento	Apenas como entidade beneficente registrada ou IPC
Obrigações anuais	Relatório, demonstrações auditadas, taxa de supervisão	Declaração anual à ACRA, demonstrações auditadas salvo isenção para pequenas sociedades
Prazo de constituição	Quatro a oito semanas	Um a cinco dias
Percepção do mercado	Garantia forte, menos flexibilidade	Flexível, garantia mais fraca desde 2022

A tabela explica a repartição de funções adotada pela maioria dos grupos transfronteiriços. A tesouraria que precisa ser vista como independente fica na Suíça. A entidade que precisa agir rapidamente, contratar na Ásia e manter parcerias asiáticas fica em Singapura, como Pte. Ltd. ou, quando um rótulo sem fins lucrativos ajuda com subsídios e programas de ecossistema, como uma CLG que não detém tesouraria relevante.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Companies Act 1967, seção 17(3) (company limited by guarantee), seção 18 (responsabilidade dos membros limitada ao valor assumido) e seção 29 (faculdade de omitir "Limited" da denominação de uma sociedade constituída para promover a arte, a ciência, a religião, a beneficência ou qualquer outro objeto útil). ↩
2. Re Babel Holding Ltd [2023] SGHC 98 (moratória para um grupo com entidades em Singapura); Re Zipmex Pte Ltd [2022] SGHC 196; Re Hodlnaut Pte Ltd (judicial management, 2022–2023). A Parte N, Capítulo IV, discute as insolvências; a Parte K, Capítulo IX, o tratamento regulatório das "fundações". ↩
3. Charities Act 1994 (2020 Rev. Ed.), seções 5 e 6 (registro de entidades beneficentes; finalidades beneficentes); Commissioner of Charities, orientação sobre o registro. ↩
4. Income Tax Act 1947, seção 43(1) (alíquota de 17% para sociedades) e seção 43(6) (isenção fiscal parcial: 75% dos primeiros S$ 10.000 e 50% dos S$ 190.000 seguintes). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.